Galegos e Mouros
A língua galega vista pelos filólogos portugueses
(1996)

[Conferência proferida no Congresso dos 25 anos do Instituto da Língua Galega, Santiago de Compostela. Publicado: Lisboa, Colibri/Cátedra de Estudos Galegos da Universidade de Lisboa, 2002]

Quereria eu neste momento ser alemão e ter a incumbência de apresentar o contributo da ciência germânica para o conhecimento e uma maior exposição da língua galega no quadro da Romanística. Como seria fácil seleccionar apenas matérias das mais nobres para vos ocupar, com proveito e divertimento espiritual, durante a hora que agora se inicia. Bastaria tomar, de entre as abundâncias que se sabem, o exemplo da obra longa e profícua de Joseph-Maria Piel para satisfazer com elevação a encomenda que me foi cometida: relatar a acção dos filólogos do meu país em relação ao galego. Sendo português irremediavelmente, resta-me falar de algo que - como todos sabem - quase não existe.

De facto, como recorda categoricamente José Luís Pensado, "el gallego raras veces ha sido objeto de estudio científico en Portugal" (Pensado, 1991, 63). Tem toda a razão o mestre de Salamanca, como tem razão em abrir ressalvas para os nomes de Leite de Vasconcellos, Rodrigues Lapa e Clarinda de Azevedo Maia, que, com alguns mais (penso em Lindley Cintra), se dedicaram aos problemas da língua galega empenhadamente, mas com posturas que pouco têm de comum entre si. Valha-nos isto ao menos: a unanimidade das suas opiniões sobre o galego teria sido fatal para o relato que vos devo apresentar.

Tentarei sintetizar as principais atitudes que filólogos portugueses têm assumido em relação ao galego, sem nenhuma pretensão de esgotar o inventário. Serem poucos os nomes não é razão para chamar todos. Tentarei também reflectir um pouco sobre as causas da lusitana distracção: Pensado responsabiliza as fronteiras que nos separam (ou separavam, quando escreveu o seu texto), mas mais fronteiras há entre Portugal e a França e isso nunca impediu que os estudos franceses florescessem entre nós, pelo menos até à última geração. Tentarei, finalmente, descrever uma posição que cada vez

mais praticantes da linguística portuguesa compartilham frente à questão actual do galego.

É aliás esse o ponto que, segundo suspeito, mais interessava a quem me deu este tema para tratar. Compreende-se que, numa reunião onde se faz o balanço de 25 anos em que o estudo científico da língua galega foi feito a partir de dentro, com olhos galegos, e em que espero se manifeste o sentimento de que os tempos de querelas ortográficas e de normativas *ad personam* já passaram, sem que tenham passado os receios quanto à viabilidade sociológica do galego numa sociedade moderna e uniformizada (tanto por Madrid como por Bruxelas), o que significa que o remédio não estava só na ortografia e nas normativas, compreende-se - repito - que os linguistas galegos tenham uma certa curiosidade em saber se nós, os seus colegas portugueses, temos opinião na matéria, se temos intuitos colonizadores ou observamos respeitosa reserva, ou se tudo nos é indiferente. Para me encostar mais à sua real intenção, suspeito que querem ouvir em voz alta o que há muito nos ouvem dizer nos gabinetes e nas aulas de Universidade, e que dizemos em voz baixa porque lá em baixo, na ausência de contradita, não temos dificuldade em nos fazer entender.

1.

Um repasso pela literatura filológica portuguesa convence qualquer um de que sempre duas atitudes se afirmaram perante a Galiza, o seu povo e a sua língua. Duas atitudes que se opõem mutuamente: uma de *identificação* entre portugueses e galegos, de recusa ou apagamento das diferenças, atitude que se pode revestir de várias modalidades da simpatia, da solidariedade, da cumplicidade, mas também do predomínio; e outra atitude de *distanciamento* social e cultural, que oscila entre a indiferença e a menor consideração, mas também pode ter uma vertente desapaixonada e equânime. Não vejo que estas atitudes, que de modo algum se associam aos processos klossianos de *Ausbau* e *Abstand*, se organizem no tempo em dispositivos dialécticos ou cíclicos. Não parecem alternar, nem caminhar para alguma forma de resolução sintética final. Estão ali, estão em nós, são nossas.

Para documentar este contraste de atitudes, não é preciso buscar muito: já as duas primeiras gramáticas da língua portuguesa se opõem no que respeita ao galego, e em muitos outros aspectos, diga-se de passagem. A gramática de Fernão d'Oliveira (*Grammatica de linguagem portugueza*, Lisboa, 1536) nem uma vez refere o galego. E teve amplas oportunidades de o fazer, por exemplo quando classifica os singulares *pã* e *cã*, terminados em vogal nasal não ditongada, como arcaísmos minhotos, podendo ter acrescentado que eram também formas galegas: "outro tanto podemos afirmar dos que fazem o plural em *ães* como *pães*, *cães*, dos quaes antigamente era o seu singular *pã*, *cã*, cujo testemunho aind'agora dá Antredouraminho" (cap. 45; modernizo ligeiramente as transcrições). Não foi seguramente por insensibilidade à variação dialectal, ou social, que Oliveira omitiu referir-se ao galego. Provam-no algumas passagens suas frequentemente comentadas, como estas, que nenhum variacionista desdenharia subscrever:

> a) "e esta particularidade ou se faz antre oficios e tratos, como os cavaleiros que tem uns vocabulos, e os lavradores outros, e os cortesãos outros, e os religiosos outros, e os mecanicos outros, e os mercadores outros; ou tambem se faz em terras esta particularidade porque os da Beira tem ũas falas e os d'Alentejo outras, e os homens da Estremadura são diferentes dos d'antre Douro e Minho; porque assi como os tempos, tambem as terras crião diversas condições e conceitos" (cap. 38);
>
> b) "sendo eu moço pequeno fui criado em São Domingos d'Évora, onde fazião zombaria de mi os da terra, porque o eu assi pronunciava segundo que o aprendera na Beira" (cap. 47).

Quase apetece ver, nesta evocação autobiográfica, uma aversão adquirida aos dialectos do norte para explicar o silêncio de Fernão d'Oliveira. Mas melhor será ficarmos pela constatação da atitude, que ocorre frequentemente e em tempos mais recentes. É notável folhear, por exemplo, o *Antidoto da Lingua Portugueza*, de Antonio de Mello da Fonseca (Amsterdam, 1710), um ponderoso volume de muitas páginas e letra miúda obsessivamente dedicado à comparação da língua portuguesa com as outras línguas europeias e mesmo não-europeias, como a língua arábica e a língua "turqueza", sem uma única vez lobrigar menções ao galego. O mesmo acontece, sendo a ausência ainda

mais notável, com as *Regras da Lingua Portugueza* de Jerónimo Contador de Argote (Lisboa, 1725); aí se encontra a primeira descrição dos dialectos portugueses, suficientemente minuciosa para incluir uma referência ao mirandês e rigorosa para distinguir entre "dialectos locaes", "dialectos de tempo" e "dialectos de profissão". Quanto ao galego, nada. Poderemos talvez daqui depreender que, para os autores dos séculos XVII e XVIII, o galego era uma recordação a desvanecer-se, sem pertinência coeva e sem futuro que justificasse menção em obras utilitárias como as suas. Mas talvez esse esquecimento seja preferível aos insultos proferidos pelo Padre António das Neves Pereira, que fez parte da primeira geração de filólogos da Academia Real das Ciências de Lisboa e que, na opinião de Leite de Vasconcellos, "era talvez o philologo mais intelligente d'este periodo" (Vasconcellos, 1888, 14). Esse sábio, numa das suas dissertações académicas, não encontrou melhor forma de elogiar o Padre António Vieira, o grande orador sacro do séc. XVII, que dizer dele o seguinte: "a este insigne escritor devemos o ter a lingoagem mais expurgada das antigas fezes do dialecto Galiziano, que a cada passo se acha de mistura nos authores, que lhe precedêrão" (Neves Pereira, 162).

João de Barros, escrevendo pouco depois de Fernão d'Oliveira a segunda gramática portuguesa (*Grammatica da lingua portuguesa*, Lisboa, 1540), destaca-se deste por incorporar o galego na sua descrição dos factos linguísticos. Oliveira, menino nascido em Pedrogão que se viu forçado a dobrar a língua e a disfarçar as suas origens setentrionais devido à pressão de colegas alentejanos, sentiu na pele o processo de formação da *koinê* em que assentaram os dialectos do centro-sul português e sem relutância assumiu aquela atitude de modernidade e progresso que, em Portugal, sempre se associa aos movimentos para sul, costas viradas ao norte. Barros, pelo contrário, é sensível às permanências: pressente-se isso no modo como fala com apreço do vocabulário antigo de "antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa" (Barros, 1540, fl. 56v) e não custa admitir que estendesse o mesmo apreço aos dialectos de ultra-Minho. Mesmo que não os conhecesse muito bem: pelo modo como Barros atribui ao galego a origem da ditongação final em *-ão*, que lhe desagrada, ficamos com dúvidas quanto às suas qualidades de linguista. Ouçamo-lo:

> "Os mais dos nomes que se deviam acabar em *am*, se escrevem a este modo: *Razão*, *Razões*. E se o uso nam fosse em contrairo, que tem gram força acerca das cousas, nam me pareceria mal desterrarmos de nós esta prolaçam e ortografia galega. Porque a meu ver, quando quizerem guardar a verdadeira ortografia destas dições, se deve dizer *Razam*, e no plurar *razões*. ... os que pouco sentem querem remediar o seu desfalecimento escrevendo agalegadamente, poendo sempre *o* final em todalas dições que acabam em *am*" (Barros, 1540, fl.14r).

Barros deplora que o uso crescente seja contrário à manutenção da terminação nasal *-ã*, embora pelo exemplo dado (*razam*) mostre não se dar conta de que aí a vogal é ela própria resultado de outras evoluções (-ONE > *-õ* > *-ã*). E atribui ao galego a responsabilidade pela ditongação final em *-ão*, o que deve ter sido uma confusão sua com certas ditongações do tipo -ANA > *-ão* próprias do Alto Minho (cf. Maia, 1981 e Lorenzo, 1988). A atitude de Barros, neste episódio, não é de transparente simpatia para com o galego, a ver por aquele advérbio "agalegadamente", que pelo menos hoje soa pejorativamente. Mas é inegável que considera o galego como fazendo parte do jogo de caracterizações e mudanças da gramática portuguesa, e é esse o pé em que assenta o contraste de atitudes face ao galego.

Na mesma linha, mas de forma mais satisfatória, temos Duarte Nunes de Leão. Na sua *Orthographia da Lingoa Portuguesa* (Lisboa, 1576), desmente as afirmações de Barros nos seguintes termos:

> "que sempre onde a Castelhana diz, *an* ou *on* que é sua particular terminação, responde a Portuguesa com aquela pronunciação de *ão* que sucede em lugar da antiga terminação dos Portugueses de *om* que punhão em lugar do *an* ou do *on* dos Castelhanos. A qual ainda agora guardão alguns homens d'entre Douro e Minho, e os Galegos, que dizem, *fizerom*, *amarom*, *capitom*, *cidadom*, *tabaliom*, *appelaçom*" (fl. 29r).

E, noutro passo, alude a um outro aspecto fortemente assimilador dos dialectos galegos e portugueses setentrionais, que tinha escapado aos autores que o precederam: a troca de *b* por *v*:

> "E nós dizemos *absente*, e *ausente*, e *abano*, e *avano*, e *aljaba*, e *aljava*, e de *faba*, dizemos *fava*, e de *tabula*, *tavoa*, e de *abhorreo*, *avorreço*, e de *cibus*, *cevo*. O que

> muito mais se vê nos Galegos, e em alguns Portugueses d'entre Douro e Minho, que por *vós*, e *vósso*, dizem *bos*, e *bosso*, e por *vida*, dizem *bida*. E quasi todos os nomes, em que há *v* consoante mudão em *b*. E como se o fizessem às vessas, os que nós pronunciamos per *b* pronuncião elles per *v*" (fl. 4r).

Este tipo de observações é sintetizado e abastecido com uma explicação sociolinguística em obra tardia de Duarte Nunes de Leão, a sua *Origem da Lingoa Portuguesa* (Lisboa, 1606). Falando das várias línguas da Península Ibérica, refere-se às

> "de Galiza e Portugal, as quaes ambas erão antigamente quasi uã mesma, nas palauras, e nos ditongos, e pronunciação, que as outras partes de Espanha não tem. Da qual lingoa Galega a Portuguesa se aventajou tanto, quanto na copia e na elegancia dela vemos. O que se causou por em Portugal haver Reis, e corte que é a oficina onde os vocabulos se forjão, e pulem, e donde manão pera os outros homens, o que nunca houve em Galiza" (p.32).

Esta ideia de que o galego não teve uma evolução análoga à do português por falta de classe alta reapareceria, muito mais tarde, ainda nos inícios do séc. XIX, no pai da diplomática portuguesa, João Pedro Ribeiro; a língua vulgar de Portugal, para ele, distingue-se do galego, pois este "permaneceo sem alteração nem melhoramento, encantonado em um Paiz, sem Côrte, e sem Universidade" (J. P. Ribeiro, 186). E ainda em Leite de Vasconcellos iremos encontrar vestígios desta ideia.

2.

Apetece-me agora saltar dos primeiros gramáticos para o primeiro linguista português, Francisco Adolpho Coelho. Ou seja, saltar de autores que, vivendo em tempos "escuros", apenas tinham um conhecimento remoto ou indirecto do galego, que vislumbravam por meio de alguma documentação antiga, pela memória, pela imaginação ou também pelo contacto directo, mas preconceituado, com os imigrantes galegos que nunca escassearam em Portugal, para autores preocupados com o método científico e equipados de novos tipos de informação, designadamente fornecida pela literatura medieval que durante o séc. XIX fora desenterrada e pela literatura tradicional então intensamente recolhida. É este novo quadro que explica a modernidade e a razoabilidade da abordagem de Coelho, realçada aliás por um

pormenor ecdótico. O capítulo intitulado "Portuguez e gallego", que vou transcrever parcialmente, não existia na primeira edição de *A Lingua Portugueza* (Coelho, 1881), tendo sido introduzido apenas na segunda edição, seis anos mais tarde, juntamente com outro capítulo dedicado ás "Variedades dialectaes do portuguez" (Coelho, 1887, 132-135). Ou seja, a necessidade de falar do galego não se impôs imediatamente a Adolpho Coelho quando escreveu aquele livro, a vários títulos fundador, mas só na ampla reformulação que lhe imprimiu seis anos mais tarde; então, claramente distingue o galego dos dialectos portugueses: o capítulo a estes consagrado abre com as palavras "No dominio portuguez propriamente dicto", em clara separação de matérias, e prossegue dizendo que as variedades portuguesas são "menos intensas entre si que a do gallego comparada com o portuguez". Antes, havia apontado que o galego actual conserva formas medievais que o português mudou, também ocorrendo o inverso; no léxico, regista a presença no galego de muitos castelhanismos, de vocábulos privativos e de vocábulos comuns ao português, mas com significação especializada. Quanto à Idade Média, Coelho não duvida de que os dialectos galegos e portugueses "divergiam muito pouco". Vou transcrever o parágrafo principal deste capítulo.

> "Nos séculos XIII e XIV os dialectos fallados na Galliza e em Portugal divergiam muito pouco, segundo póde julgar-se pela comparação do Cancioneiro de Affonso X de Castella, escripto em gallego, e das composições encerradas nos Cancioneiros portuguezes das bibliothecas do Vaticano, da casa Brancuti e da Ajuda, nos quaes collaboraram muitos poetas da Galliza. Os documentos de Lugo publicados por Flores na *España Sagrada* e outros confirmam essa quasi completa identidade de linguagem do reino de Portugal e da provincia do noroeste da Hispanha. No seculo XV o gallego, como se acha em documentos de Santiago de Compostella, tem as mesmas feições que o portuguez do seculo anterior, abstrahindo d'algumas raras fórmas particulares. Portuguez e gallego foram todavia differenciando-se cada um do seu lado de modo que cada um se acha em face do outro como um dialecto perfeitamente definido, não porque o portuguez seja um dialecto do gallego ou o gallego dialecto do portuguez, mas porque portuguez e gallego sahiram d'uma mesma base commum, a lingua gallecio-portugueza dos seculos XII a XIV" (Coelho, 1887, 132).

Agrada-me nesta maneira de dizer as coisas o reconhecimento, por parte de Adolpho Coelho, da equidistância e do nivelamento entre as duas línguas, seguramente menos visível então que hoje; útil é também a sua separação de planos entre o que foi a relação das duas línguas na Idade Média e o que é modernamente.

3.

Do mesmo ano de 1887 data um dos primeiros escritos de Leite de Vasconcellos relativos ao galego [1]; a coincidência com as opiniões de Adolpho Coelho é evidente, nesse pequeno artigo publicado no primeiro tomo da *Revista Lusitana* (Vasconcellos, 1889), de que transcrevo o principal:

> "em virtude de condições comuns a todos os idiomas, e de outras particulares a êste (como a vida histórica de Portugal, a absorpção da Galiza na Hespanha, etc.), o *galaico-portugalense* diferenciou-se cada vez mais, vindo a constituir de um lado o *galego* (com os seus dialectos) e do outro o *português* (também com os seus dialectos). Vê-se, portanto, que ambos estão em idênticas relações com o latim, e que não deve dizer-se nem que o galego provém do português, nem êste daquele. Mas na continuação da vida social e literária, qual das duas linguagens é mais importante? A que se tornou órgão de um povo independente e progressivo, senhor de literatura riquíssima, colaborador activo e fecundo da civilização, ou a que, abstraindo de algumas produções notáveis, para pouco mais tem servido do que para uso doméstico de uma província anexada a um reino, e cuja literatura, vida e influência social não podem comparar-se com as da outra? Evidentemente a primeira. Por isso eu digo que o português é pròpriamente uma *língua*, e o galego um *co-dialecto* português, pois na classificação dos idiomas românicos da Península estes dois idiomas hão-de forçosamente ficar juntos e em certa conexão um com o outro".

Alguns elementos novos surgem neste texto. Um deles é o conceito de co-dialecto. Enquanto Coelho considerava que galego e português são cada um seu dialecto perfeitamente definido, Leite promove ambos a "idiomas" dotados de dialectos próprios, mas logo aplica ao galego a sua conhecida definição de *co-dialecto*, que não é dos conceitos mais claros da dialectologia portuguesa, se calhar porque nunca foi

[1] A sua mais antiga referência à Galiza acha-se no raríssimo *Annuario para o estudo das tradições populares portuguezas*, que Leite publicou em 1882, quando era ainda "alumno da Eschola Medica do Porto"; aí, reproduz algumas quadras populares galegas, como forma de

muito claro para o próprio autor. Pelas explicações antecedentes, deduz-se que Leite não considerava que o galego fosse uma variedade ou uma subdivisão do português, mas sim que, sendo ambos línguas muito próximas, esta é mais "importante" que aquela devido à sua história. Reeditando assim o argumento de Duarte Nunes de Leão, Leite escolhe designar essa desnivelada importância das duas línguas com aquele termo algo equívoco, como ele próprio foi sentindo ao longo dos tempos [2]. No comentário do *Mappa dialectologico do Continente Português* (Vasconcellos, 1893), pôs discutivelmente o galego ao mesmo nível do mirandês e do riodonorês e com nova definição:

> "O gallego, o mirandês, o riodonorês e o guadramilês são propriamente co-dialectos, isto é, idiomas que, comquanto, pelos seus caracteres grammaticaes se avizinhem do português mais que outras quaesquer linguas romanicas e lhe sejam em parte ligados na obediencia às mesmas leis especiaes, não estão comtudo numa relação tão intima com elle, considerado lingua litteraria e nacional, como por exemplo os fallares da Beira e do Algarve" (p. 15).

Manteve o conceito na *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (Vasconcellos, 1901), agora reservando-o, com alguma inconsistência [3], apenas ao galego, cujos "rapports intimes avec le portugais" (p. 17) são salientados, em flagrante contradição com a definição de 1893. Finalmente, quando republicou o *Mappa dialectologico* (Vasconcellos, 1929), Leite fez um gesto em direcção à autonomia do galego, declarando que ao lado dos domínios glotológicos espanhol e lusitânico, únicos mencionados nas edições anteriores, há a considerar um domínio galego, a que dedica um parágrafo novo. Mas esse parágrafo foi concebido para desmanchar o efeito do gesto de abertura: "À Galiza pertence o galego, que não é mais que um dialecto português, ou, se se quiser, um seu co-dialecto" (cf. Cintra, 1970 (1983: 128)). Ou seja, até ao fim da sua vida Leite de Vasconcellos não cessou as tentativas de aperfeiçoar a sua conceituação do caso do

homenagem à "Galliza, essa sympathica provincia, que, se pela politica é hispanhola, pela lingua é portugueza" (p. 38).

[2] "Tanto esta noção de co-dialecto como a aplicação que dela faz são, do ponto de vista da linguística moderna, o que logo aparece como mais antiquado e inaceitável", Lindley Cintra, 1970 (1983:126).

[3] De facto, na p. 30 o galego continua classificado como co-dialecto ao lado dos dialectos da raia transmontana.

galego, embora pareça ter dado uma grande curva para voltar ao ponto de partida. As suas constantes oscilações de opinião ou, mais exactamente, de formulação de opinião, mostram que Leite sentia com particular agudeza a atracção dos dois polos de identificação e distanciamento de que falei no princípio e que procurava constantemente afinar o seu ponto de vista.

As variantes textuais que daí resultam, e que seriam dignas de um estudo de crítica genética, precisam de ser examinadas à luz do modo como Leite geralmente escrevia: em vez de produzir textos estanques, que se acrescentam ou contrapõem aos antecedentes, Leite estava sempre a escrever e a reescrever o mesmo texto. Como não tinha falta de editores solícitos e rápidos, podia permitir-se o luxo de escrever breves estudos, baseados em investigação incoativa ou reflexão em vias de amadurecimento, que se destinavam em parte a transmitir resultados, mas em parte também a marcar o território e a patentear a posse do tema; depois disso, com a mesma facilidade publicava variantes sucessivas do estudo, à medida que adquiria novos dados (a colecta e classificação de materiais eram a grande arte desse sábio-viandante) ou sempre que matizava as suas opiniões. É por isso que as suas redacções têm o estilo inacabado e desigual das coisas provisórias que aguardam o grande aperfeiçoamento final. Essa maneira de escrever e publicar é responsável, em grande parte, pela sensação de estarmos a presenciar um pensamento *in progress* que a obra de Leite nos dá. O que não quer sugerir que o seu pensamento não tivesse sofrido uma evolução real ao longo dos seus muitos anos. Poderia dar vários exemplos; dificilmente o caso do galego será um deles.

Nuclearmente, nada há de surpreendente em que um homem que iniciava sempre os seus raciocínios com base na documentação antiga, na história remota e na etnografia fosse mais atraído pelas afinidades originárias entre galegos e portugueses que pelas suas diferenciações adquiridas. E que tivesse alguma dificuldade em harmonizar esse "sentir nos ossos" com a experiência do ressurgir galego que acontecia à sua frente e certamente lhe era transmitida por amigos e correspondentes. Talvez tenha sido por essa relativa indiferença ao contemporâneo que não chegou a dar pleno desenvolvimento - graças a Deus - a alguns ingredientes que logo a seguir viriam a ser explorados e radicalizados por Rodrigues Lapa (os *Opúsculos* são de 1929, Lapa

começa a falar em 1932). Poderá discutir-se se na obra de Leite estão latentes coisas como a relutância em conceder carta de alforria ao galego e a afirmação da supremacia cultural portuguesa, que serão marcas do pensamento lapiano; mas assaltou-o o sonho de uma intervenção pedagógica no futuro do galego.

Esse desejo de intervenção, curiosamente, parece manifestar-se apenas nos primeiros textos de Leite, especialmente em um pequeno artigo de *El País Gallego*, publicado em 1888 e muito bem estudado por Carme Hermida (Hermida, 1987). Aí, depois de sintetizar parte do artigo da *Revista Lusitana* do ano seguinte, Leite preocupa-se com "o que agora se torna urgente": que os escritores da Galiza escrevam no idioma natal, que bons dicionários e gramáticas sejam elaborados, que se estudem as particularidades de cada localidade. Um bom programa, que no futuro, atipicamente, se coibiu de retomar e desenvolver.

4.

Vai sendo tempo de falar de Rodrigues Lapa e das suas relações com o galego. Não é fácil fazê-lo. Principalmente, não é fácil fazer completa justiça à indiscutível grandeza de espírito de Lapa e ao seu incontido amor pela Galiza num relato como este que vou desfiando, pois não será possível deixar de evocar palavras que, pela paixão e voluntarismo que encerram, podem chocar se forem tomadas, como deve ser, a frio (p. ex., Lapa 1982). Além disso, atendendo a que Lapa é suporte doutrinário de uma das políticas do idioma que militam na Galiza, esta antologização dos seus textos sobre o galego corre, ao mesmo tempo e sem alternativa, dois riscos: o de ser considerada favorável àquela política, por dar publicidade às palavras de Lapa, e o de ser considerada sua antagonista, por dar publicidade *àquelas* palavras de Lapa. Comecemos suavemente pelo mais consensual, e tocante, que é a proclamação da sua naturalidade galega, a que tinha direito, por ter nascido a norte do Mondego, na Anadia: "Sempre considerei a Galiza, esta terra maravilhosa, desgraçada e incompreendida, como sendo a minha própria terra; e historicamente e geograficamente assim é, pois estou dentro dos limites da velha Galécia, que chegava pelo sul ao rio Mondego" (Lapa, 1979, 1).

O que era, para Lapa, a língua galega? "...um português ingénuo, delicioso, sabendo a velho, mas próprio para exprimir todos os matizes da sensibilidade, com alguns subsídios, procurados naturalmente entre nós e não no castelhano", entrevista ao *Diário da Noite,* Lisboa, 24.8.1932 (Lapa, 1979, 20). Isto foi dito no ano em que Lapa visitou a Galiza pela primeira vez. No ano seguinte, fez em Lisboa e Coimbra uma conferência que ficou célebre, pois contribuiu para o seu corte de relações com o regime salazarista e para a demissão da Faculdade de Letras de Lisboa. Intitulava-se a conferência "A política do idioma e as Universidades" (Lapa, 1983) e nela Rodrigues Lapa não deixava de falar da Galiza e do clima de esperança autonómica que então se vivia:

> "V. Exas. sabem que para cima da risca prateada do Minho vive e sofre um grupo de dois milhões de homens, que falam a nossa língua e sentem a nossa alma; e que fora da Galiza, outros dois milhões ou mais mourejam em terra alheia, não raro ao lado de portugueses. Todos eles, presentes e ausentes, desejam a autonomia para a realização integral das possibilidades da sua cultura. Campo e mar andam em luta travada contra as cidades; onde se aninham os temíveis caciques, que recebem ordens de Madrid. E o campo e o mar acabarão por vencer e a Galiza acabará por ser livre, por ser *ceibe*, porque assim o deseja o povo humilde e a mocidade das escolas.
> "(...) a Galiza amanhã terá a posse de si mesma; e uma civilização, a que cinco séculos de cesarismo político não conseguiram destruir o curioso indigenato, desentranhar-se-á em frutos de cultura e poderá ainda exercer um papel considerável no xadrez variado da Península. Essa civilização terá como veículo expressivo uma língua, que já nos encantou no verso indefinível de Rosalia e agora nos anda a deliciar na prosa romântica de Pedrayo. Aprenderão os galegos o seu idioma oficialmente e aprenderão o castelhano por intermédio da sua língua materna. Vai haver pois necessidade de se resolver o seu problema ortográfico. Os portugueses ainda não se compenetraram das enormes responsabilidades que esse simples facto nos pode trazer e das grandes vantagens de ordem política, cultural e económica que nos podem vir da sua decente resolução." (p. 63)

Estava assim posta a questão da intervenção portuguesa nos assuntos linguísticos galegos, eufemisticamente a "recuperação literária do galego", que foi um dos seus cavalos de batalha nos anos 70, depois de regressar do exílio brasileiro a Portugal, onde talvez não tenha encontrado um palco à sua medida. Em 1979, afirmava que

> "o único remédio eficaz para a salvação do idioma [galego], gravemente ameaçado, deverá ser uma decisiva aproximação com o português, que poderá considerar-se a expressão literária do galego. Tal aproximação, que levará a uma futura unificação das duas linguagens a nível literário, virá enriquecer notavelmente o pecúlio expressivo de uma e de outra." (Lapa, 1979, 27n).

Pouco antes, em entrevista ao *Diário de Notícias*, 22.4.1977, dissera o mesmo de outra maneira:

> "essa literatura está escrita sobre um dialecto oral e corrompido, mistura informe de português arcaico e castelhano, que os escritores não souberam ou não puderam aperfeiçoar, para que atingisse a categoria de língua de cultura. Aliás, isso seria difícil, ou mesmo impossível, uma vez que não tinha carácter oficial. Como pois resolver o problema da recuperação literária do galego? É evidente que só através do português, o qual pode considerar-se como a forma literária do galego." (Lapa, 1983, 298).

Ou ainda, noutra entrevista, agora a *Bairrada Popular*, Outubro de 1976:

> "Como a nossa lingua é radicalmente a mesma, há um problema de recuperação literária do galego, a ser resolvido naturalmente com a ajuda do português, que é a verdadeira língua de cultura." (Lapa, 1983, 280).

Em que consiste tal recuperação? Lapa rejeita categoricamente a solução de se construir um galego literário a partir dos dialectos, os quais não considera úteis para outro serviço que o de língua familiar, que tiveram durante séculos:

> "Insistir, como até aqui, em fazer provisão da enorme e desordenada riqueza que lhe oferecem os falares locais para o restauro da sua forma culta? Já vimos o que isso tem de inoperante e até mesmo de ridículo." (Lapa, 1979, 63).

Como exemplo, condena o uso da preposição *pra* que, devido à sua contracção, é um vulgarismo aceitável na poesia, por razões métricas, mas sem cabimento na prosa; não nos diz, contudo, se prefere retornar ao arcaico *pera* ou importar o português *para*. Pela mesma ordem de razões, a língua literária não deve acolher símiles orais como a ligação anti-hiática *a-i-auga*, apesar da sua vitalidade tanto em terras galegas como nas portuguesas, pois "a língua literária tem outros gostos e outras leis". Que fazer então?

"Nada mais resta senão admitir que, sendo o português literário actual a forma que teria o galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada numa salva de prata".

Não são poucas as questões que esta solução lança ao ar. Deixemos de lado a inverificável suposição de que o "português literário actual" seria o mesmo, independentemente do território e da massa de produtores e leitores que o criaram e consomem. Deixemos também a espinhosa definição do que seria, há vinte anos, essa língua da literatura portuguesa, que não sabemos se teria unidade suficiente para caber dentro de uma fórmula definitória. Perguntemos apenas: o que será o "caminho próprio" de uma língua? Em que livro do destino está escrito qual o itinerário a seguir pela evolução de uma língua, indiferente aos acasos e escolhas do povo que a fala? Lapa não seria, seguramente, seduzido pelos atractivos do variacionismo, nem parece que um conceito tão útil para medievistas como o de "movência" tivesse boa acolhida à sua porta. Mesmo assim, surpreende um pouco encontrar sob as palavras deste democrata e anti-totalitarista os pressupostos de uma teleologia linguística e textual para os quais uma língua, como um texto, se constroem segundo uma intenção inicial em direcção a um ponto desejado, ao longo de um percurso evolutivo que não admite desvios. Qualquer afastamento do bom caminho não será mudança, nem variação; será corrupção e degenerescência, pecados que afligem quem se comportar segundo os princípios da mecânica laboviana. De uma coisa podemos estar seguros: Lapa não elogiaria de bom grado a variante.

Ao menos, e justiça seja feita, não creio vislumbrar nos seus textos a sugestão de que a língua galego-portuguesa incluísse, no termo desse seu "caminho próprio", o cumprimento de alguma missão transcendente: a Galécia de Lapa não navega para uma enevoada ilha atlântica, nem para um sexto império. Prosaicamente, e simpaticamente, basta-lhe que a aliança galego-portuguesa possa vir a desempenhar um papel mais influente no quadro político e económico hispânico. Quem sabe se as regionalizações europeias não lhe darão perversamente satisfação?

5.

Lindley Cintra foi mais influenciado por Leite de Vasconcellos que por Lapa; quando escreve a sua "Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses" (Cintra, 1970), ainda não tinham aparecido as posições mais claramente reintegracionistas de Lapa, mas duvido que, em qualquer dos casos, Cintra as acompanhasse de perto. Nunca o testemunhei. Com base nos seus textos publicados, não há dúvida que Cintra se inscreve no grupo dos linguistas que vêem o galego e o português como partes do mesmo domínio linguístico; para ele, deve-se "considerar o território linguístico galego-português no seu conjunto, isto é, não isolar a Galiza do território politicamente português que a continua geográfica e linguisticamente para o Sul" (Cintra, 1970 (1983:140)). Mas o matiz é o mais importante: a Galiza não está na dependência do português do sul, mas antes é o ponto de onde este se originou. Ideia que ele transmitia no seu ensino através da fórmula "área inicial do romance galego-português", correspondente afinal à Galécia Magna de Piel, vasto triângulo que ocupa o noroeste peninsular com o ângulo oriental nas Astúrias e o ângulo meridional na ria de Aveiro. A formação do estado português veio conferir nova geometria a esse triângulo, transformando-o em rectângulo; nessa faixa ocidental da Península ainda hoje, segundo Cintra, os dialectos que são falados da Corunha a Faro pertencem todos a um mesmo sistema linguístico, a uma língua. Cintra, que, ao contrário de Lapa, não desprezava os falares da casa e da aldeia, dividia-os em três grupos: o galego, o português setentrional e o português centro-meridional, adoptando para divisória entre estes dois últimos grupos a isófona que separa *s* apical do seu resultado predorsal. Esta divisão é empiricamente reconhecida pela maior parte dos portugueses e permite a um falante do sul distinguir um nortenho de um galego:

> "...distinguem ainda perfeitamente um Galego (que compreendem quando fala o seu dialecto, mas em cuja linguagem não vêem normalmente, a não ser que tenham certa cultura histórica ou linguística, uma variedade do português, apenas porque a consciência da separação política os impede de sentir 'linguisticamente' da forma que seria a mais normal)." (Cintra, 1970 (1983:142)).

Naturalmente, esta divisão pressupõe uma identidade de base entre todos os dialectos, simbolizada na sua idêntica manutenção das vogais abertas *e* e *o* que descendem das breves tónicas latinas para cá da isófona traçada por Menéndez Pidal, que Cintra adoptou como fronteira oriental do domínio galego-português.

A esta identidade dialectal, que se manifesta em todos os tempos, Cintra associava uma identidade antiga no plano da língua escrita: embora preferisse chamar ao primeiro período histórico da língua "português antigo", e não "período galego-português", não tinha dúvidas quanto à unidade da língua dos cancioneiros e não estou seguro de que as tenha tido quanto à língua dos textos não-literários. Apesar de impressionado pelos resultados a que chegou Clarinda Maia e de não ter experiência pessoal das *scriptae* galegas, dificilmente Cintra subscreveria a frase fulcral da *História do Galego-Português*, de Maia:

> "A atitude científica que assenta na análise estrutural do galego e do português só permite considerá-los como duas línguas muito aparentadas, mas duas línguas, contudo, diferentes." (Maia, 1986, 887n).

É no que toca ao galego literário e *standard* moderno que encontramos em Cintra, senão uma posição de distanciamento, pelo menos a abertura para aceitar que está em curso um processo de *Ausbau*. No artigo "Présence et problématique actuelle de la langue portugaise dans le monde" (Cintra, 1983), Cintra apresenta de modo muito rápido, mas pormenorizado e com inclusão de critérios sociolinguísticos, uma nova descrição do domínio linguístico galego-português, na qual inclui, além dos três grupos dialectais, um *standard* oral galego, em vias de constituição, e um galego literário, ao lado das correspondentes variedades portuguesas:

> "En Europe - sous la forme vivante et variée de dialectes galiciens, portugais du nord et du centre-sud, sous la forme parlée normalisée du portugais standard et de celle qui tend vers la normalisation du 'galicien commun', et sous les formes écrites du portugais et du galicien littéraires - ce domaine occupe toute la région occidentale de la Péninsule Ibérique et comprend des territoires politiquement portugais et espagnols" (p. 208).

Cintra não aceitava que estas normas galegas pudessem constituir, de imediato, uma língua:

> "Au-dessus des dialectes galiciens on reconnaît une 'norme', encore en voie de fixation, norme qui, comme la brésilienne, s'éloigne de la portugaise sous plusieurs aspects (peut-être, il est vrai, plus choquants, pour certaines sensibilités linguistiques, que leurs parallèles brésiliens). Cela ne justifie pas, étant donné l'unité qui a été maintenue des aspects fondamentaux, la classification de cette variété comme 'langue'" (p. 211).

O que não quer dizer, prosseguia relutantemente, que no futuro a unidade da língua não se rompa.

6.

E essa é a questão que os linguistas portugueses hoje em dia têm de apreciar, não apenas em relação ao galego, mas em relação a todo o espaço da língua portuguesa. Apesar de iniciativas e campanhas recentes no sentido de se promover um espaço lusófono, iniciativas que partem de ambientes políticos e económicos e por aí podem perfeitamente ficar, quem nos diferentes países tem a missão de observar o comportamento da língua pode justificadamente recear que a unidade da língua portuguesa, como Cintra a via e desejava, não seja eterna. Problemas teoricamente muito interessantes colocam-se agora, problemas a que os linguistas galegos (viremos a mesa de jogo) não deviam ser alheios: não será o processo de diferenciação mais rápido no flanco brasileiro que no flanco galego? Os horizontes culturais e geoestratégicos da sociedade brasileira não a afastarão da Europa e de Portugal a um ritmo e com uma profundidade que não tem comparação com o afastamento galego-português, que é compensado pelo jogo de aproximações intra-europeias? Não oferecerá o suave *continuum* dos dialectos galegos e portugueses uma proximidade residual e duradoura que de modo algum existe entre as variedades da língua popular falada dos dois lados do Atlântico? E que dizer dos problemas do português em África? Tudo isto conduz a outra pergunta: que farão os linguistas galegos depois de esgotarem e esclarecerem todos os problemas da sua língua passada, presente e futura, eventualidade que, pelas provas dadas, não estará distante? Irão para a teoria, como

tantos portugueses fazem há uma geração? Porque não se voltam, em vez disso, para o espaço linguístico português e exploram connosco algumas das vastidões que nos aconteceram, depois da nossa separação medieval?

7.

Voltando ao assunto. Prometi, no início, que tentaria definir a posição actual dos linguistas portugueses face ao galego. Afinal, isso já está feito. Creio que hoje em dia qualquer linguista português dará o seu acordo às palavras iniciais do livro de Francisco Fernández Rei *Dialectoloxía da lingua galega* (Fernández Rei, 1990). Bem conversado, mesmo Cintra o faria:

> "Na actualidade, desde o punto de vista estrictamente lingüístico, ás dúas marxes do Miño fálase o mesmo idioma, pois os dialectos miñotos e trasmontanos son unha continuación dos falares galegos, cos que comparten trazos comúns que os diferencian dos do centro e sur de Portugal; pero no plano da lingua común, e desde unha perspectiva sociolingüística, hai no actual occidente peninsular dúas linguas modernas, con diferencias fonéticas, morfosintácticas e léxicas, que poden non impedi-la intercomprensión ó existir un bilingüismo inherente entre o galego e o portugués, semellante ó existente entre o catalán e o occitano, o danés e o noruegués, o eslovaco e o checo, o feroés e o islandés." (Fernández Rei, 1990,17).

Chama a atenção Fernández Rei para a aproximação entre galegos e portugueses do norte contra os portugueses do sul. É esse fenómeno que convém agora explorar, pois nele está, a meu ver, a chave das nossas atitudes de identificação e distanciamento.

Para o português comum, incluindo aí alguns filólogos, a Galiza e as questões galegas são estrangeiras. Pior que estrangeiras, são espanholas. É espantoso como minhotos que todos os meses vão fazer compras a Vigo não sentem que os montes dos dois lados do rio Minho são feitos da mesma massa, que a chuva e as árvores são as mesmas, que as mães galegas gritam aos filhos com o mesmo falsete exasperado das mães de Viana, que o levantamento de formalidades fronteiriças entre Tuy e Valença eliminou a ficção de que estavam mudando de terra. Há atenuantes, é certo: numerosos sinais continuam a proclamar que estamos em Espanha, desde o grafismo rodoviário, urbano e publicitário até à língua dominante no comércio, em hotéis e restaurantes, desde a

moeda e os preços até aos produtos apetecíveis que lhes estão associados. É natural, portanto, que pessoas de sensibilidade medianamente informada não consigam ver a realidade humana e geográfica que está por trás de uma epiderme comercial que reveste tão uniformemente a Galiza como qualquer outra região de Espanha.

Em contrapartida, para os portugueses esclarecidos, entre os quais também há alguns filólogos, a visão da Galiza projecta-se com uma dupla natureza, próxima e distante, idêntica e distinta, vindo e indo na mesma passada. O que é perturbante, mas deriva de uma boa razão: os principais factores separativos dispõem-se em um feixe com orientação geográfica relativamente precisa e que, surpreendentemente, não coincide com a região fronteiriça definida pelo rio Minho e seus prolongamentos na raia seca transmontana. Surpreendentemente ou talvez não, porque desde Menéndez Pidal sabemos que as fronteiras políticas, no norte da Península, não tugem nem bulem com as organizações e as demarcações de grupos humanos longamente instalados.

Esse feixe corresponde à fronteira meridional da Galécia Magna. É justamente na terra que medeia entre a foz do rio Vouga e a foz do Mondego, partindo da beira-mar para várias direcções do interior, que mais nitidamente se percebe o ponto de arranque desta fronteira, que o geógrafo Orlando Ribeiro descreve pictoricamente, contrastando "a luz crua que separa o Baixo Mondego dos tons suaves e esbatidos da Ria de Aveiro" (Ribeiro, 1986, 142). Não é esta uma fronteira entre portugueses e galegos; é uma fronteira que diz respeito a todos os portugueses, hoje com tanta actualidade, ainda que por outros motivos, como no tempo de Fernando Magno. Para a opinião pública portuguesa de hoje, e para os seus manipuladores, esta fronteira separa o eleitorado mais conservador e praticante do eleitorado mais laico e de centro esquerda, separa o poder económico do poder político, separa os clubes de futebol que ganham campeonatos dos que as perdem, separa, para sintetizar, as zonas de influência do Porto e de Lisboa.

Mas essa fronteira ou - melhor seria dizer - essa faixa de múltiplas transições que atravessam a meio o território português de Oeste a Leste, também se manifesta, a níveis mais sérios e determinantes do que estes, naquilo a que os historiadores chamam o tempo longo. Sem querer esgotar a enumeração, nem especializar demasiado o rigor de cada tópico, facilmente se reconhece que por essa faixa passa a

divisória entre as terras montanhosas do norte interior e as terras baixas do centro e sul de Portugal, as divisórias entre terras de abundante chuva anual e as terras mais secas, entre terras de influência atlântica e de influência mediterrânica, entre terras densamente povoadas e terras que, pelo menos em tempos documentados, sempre hesitaram à beira da desertificação (com excepção, claro, das planícies litorais). Trata-se, para Orlando Ribeiro, de "um dos grandes limites da geografia europeia", desenhado "por transições graduais entre a Ria de Aveiro e as montanhas calcárias da Estremadura" castelhana. O território a norte desse limite "insere-se na grande unidade da Europa atlântica, com as suas finisterras galegas, bretãs, e dos redutos célticos das Ilhas Britânicas, banhadas em humidade atlântica e sofrendo a instabilidade própria dos climas marítimos" (Ribeiro, 1986, 142).

Como diz em outro livro o mesmo geógrafo, esta divisão de Portugal em dois tem um efeito secundário, o realçar das afinidades entre a metade norte e a vizinha Galiza: "O litoral atlântico é uma finisterra, com vocação, contraditória e alternante, de isolamento e de relações marítimas distantes: o destino histórico separou o Norte de Portugal da Galiza, que pertence à mesma fachada atlântica e, à parte os recessos das rias que dão maior peso à sua vida marítima, na paisagem, na língua, na índole dos habitantes, na emigração e na riqueza do seu lirismo, é o mais 'português' dos territórios espanhóis" (Ribeiro, 1987, 23).

Saindo do domínio da geografia física e humana, podemos evocar, com José Mattoso, um curioso contraste que coincide (ou coincidia, porque se trata de fenómeno social que pode ter sofrido mudança em tempos recentes) com a linha montanhosa formada pelas serras da Estrela, de Aires e dos Candeeiros: a norte, as mulheres casam-se mais tarde que no sul: "enquanto que nas zonas meridionais a idade média do casamento feminino oscila entre os 20 e os 23 anos em contraste com o casamento mais tardio dos homens (24-25 anos), nas setentrionais ambos os sexos tendem a casar acima dos 24 anos". Além disso, o celibato é maior no norte que no sul, o que se articula com outra importante característica antropológica: a norte daquela fronteira montanhosa, é francamente mais abundante o número de famílias extensas (segundo Mattoso, "agregados múltiplos, ... onde, além do casal com seus filhos, vivem parentes na linha ascendente, descendente ou lateral, ou mesmo mais do que uma família nuclear"),

factos estes que levam o historiador à conclusão de que "Portugal é, portanto, atravessado pela mesma fronteira que separa a Galiza, Leão, Astúrias, Vascongadas e Navarra, do resto da Península" (Mattoso, 1985, I, 32-33). Tipos de habitação e de equipamento rural (o espigueiro, o arado), de cultivo da terra (o milho, a vinha de enforcado), que começam no paralelo de Aveiro a impressionar quem faz a viagem desde Lisboa, fornecem igualmente elementos contrastivos muito claros e persistentes até à actualidade.

No que respeita à pré-história, o contínuo progresso dos conhecimentos aconselha alguma prudência, mas formulações gerais como "o Noroeste, com a Galiza, foi o grande centro da rústica civilização castreja" (Ribeiro, 1986, 134) servem para evidenciar unidades antigas, que viriam a ser reafirmadas pela instituição da província Gallaecia et Asturica e pelo efémero reino suevo, pelo menos na sua fase implosiva.

A Reconquista, entre os seus principais efeitos, teve o de vincar a unidade entre Galiza e Norte de Portugal e o contraste dessa grande região com o centro e sul: foi no território da antiga Galécia Magna que se manteve estável uma população de raiz hispano-romana, enquanto no sul a população moçarabizada era varrida ao sabor das guerras; foi apenas ali que presores e Igreja procederam a um repovoamento miniatural e compartimentado, único compatível com a presença de proprietários antigos, enquanto o centro e sul, bastante mais tarde, eram repovoados sob coordenação municipal; foi ali que se construiram igrejas românicas, deixando o gótico para as terras reconquistadas; foi ali que, por via do registo da propriedade e sua transmissão, se produziram documentos românicos antes do séc. XIII e não é casual que os primeiros documentos portugueses tivessem sido escritos no eixo de Braga a Coimbra; e foi ali, evidentemente, que o latim vulgar destilou o romance galego-português, cuja vida linguística e literária não precisa de ser evocada aqui.

Chegamos assim a uma fundamental separação de águas, que escapa a observação directa: há portugueses que falam a sua língua no território em que esta e eles nasceram, e que gozam em comum com os galegos esse título de ancestralidade; e há outros portugueses que falam a sua língua nas terras meridionais para onde ela se

transplantou e onde sofreu processos de descaracterização dialectal (proveitosos, aliás, para o seu futuro de língua padronizada e expansionista).

Esta separação simboliza admiravelmente tudo o que tenho procurado argumentar: há uma fronteira dentro de Portugal, uma fronteira antiga que separa portugueses, mas que não separa portugueses de galegos; pelo contrário, aproxima os galegos dos portugueses do norte (bem como todos os outros portugueses que oartilham da mesma memória). Leite de Vasconcellos tem consciência disso, quando diz: "no Sul dão ironicamente, e há muito, o apodo de *Galegos* aos habitantes do território que se estende de Leiria para cima" (Vasconcellos, 1885, 31). E aí radica, a meu ver, a dupla maneira de olhar a Galiza que os portugueses podem ter: o olhar vertical dos que compartilham o seu espaço e a sua história; o olhar em perspectiva, *à vol d'oiseau*, dos que estão fora. Perto, mas fora.

Será preciso, a terminar, declarar o óbvio? Estas atitudes de identificação e distanciamento que usei como critério de classificação dos linguistas de que fui falando nada têm a ver com a terra onde cada um nasce. Embora a atitude para com a Galiza seja, para nós, subsidiária da nossa atitude geral para com o Norte e exista, evidentemente, uma faixa de território em que se sente que abandonamos o Sul e entramos no Norte, a simpatia ou a antipatia por um e outro não dependem da origem regional de quem sente. São tipos de comportamento e de sensibilidade acessíveis a qualquer um.

Sendo assim, qualquer português, mesmo que seja nascido em terra de mouros, pode entrar em Santiago e, se for bom e verdadeiro o seu sentir, pode proclamar *Eu sou galego!* Como Rodrigues Lapa fez; como Kennedy fez junto ao Muro: *Ich bin ein Berliner!*; mas, de preferência, sem os instintos hegemónicos que animaram tanto um como outro.

Acabo como não comecei: quereria eu agora ser galego e ter passado esta hora a falar-vos da minha língua. Se calhar, foi o que fiz.

Bibliografia

(por ordem cronológica)

Fernão d'OLIVEIRA, 1536 *Grammatica de linguagem portugueza*, Lisboa

João de BARROS, 1540 *Grammatica da lingua portuguesa*, Lisboa

Duarte Nunes de LEÃO, 1576 *Orthographia da Lingoa Portuguesa*, Lisboa
Duarte Nunes de LEÃO, 1606 *Origem da Lingoa Portuguesa,* Lisboa

Antonio de Mello da FONSECA, 1710 *Antidoto da Lingua Portugueza*, Amsterdam

Jerónimo Contador de ARGOTE, 1725 *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, Lisboa

António Neves PEREIRA, 1792-1814 Exame critico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se serviram os nossos escriptores dos seculos XV e XVI, e deixaram esquecer os que se seguiram ate ao presente, *Memorias de Litteratura Portugueza,* Lisboa (tomo V)

João Pedro RIBEIRO, 1810-36 *Dissertações Chronologicas e Criticas,* Diss. V, Lisboa

Francisco Adolpho COELHO, 1881*A Lingua Portugueza. Noções de glottologia geral e especial portugueza*, Porto; 2ª ed. emendada e augmentada, Porto, 1887

José Leite de VASCONCELLOS, 1882 *Annuario para o estudo das tradições populares portuguezas*, Porto
José Leite de VASCONCELLOS, 1885 *Dialectos Extremenhos*, I, Porto
José Leite de VASCONCELLOS, 1888 *A Philologia Portuguesa*, Lisboa
José Leite de VASCONCELLOS, 1889 Português e galego, *Revista Lusitana*, I, 184-185; rep. *Opúsculos*, IV, Coimbra, 1929, 623-625
José Leite de VASCONCELLOS, 1893 *Mappa dialectologico do Continente Português*, Lisboa; 2ª ed. *Opúsculos*, IV, Coimbra, 1929, 791-796
José Leite de VASCONCELLOS, 1901 *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, Paris

Luis Filipe Lindley CINTRA, 1970 Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses, *Boletim de Filologia*, 26, 1967-71, 81-116; repr. em *Estudos de dialectologia portuguesa*, Lisboa, 1983,117-163.

Manuel Rodrigues LAPA, 1979 *Estudos Galego-Portugueses,* Lisboa, Sá da Costa
Manuel Rodrigues LAPA, 1982 Princípios básicos para a criação de uma língua literária comum, *Tradición, actualidade e futuro do galego* (Trier, 1980): *Actas*, Santiago
Manuel Rodrigues LAPA, 1983 *As minhas razões*, Coimbra,.

Luis Filipe Lindley CINTRA, 1983 Présence et problématique actuelle de la langue portugaise dans le monde, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 19, 207-223.

Clarinda de Azevedo MAIA, 1981 Geografia dialectal e história do português, *Biblos*, 57

José MATTOSO, 1985 *Identificação de um país*, vol. I, Lisboa

Clarinda de Azevedo MAIA, 1986 *História do Galego-Português*, Coimbra

Orlando RIBEIRO, 1986 *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, 4ª edição
Orlando RIBEIRO, 1987 *A formação de Portugal*, Lisboa

Carme HERMIDA, 1987 Leite de Vasconcelos e o galego. Notas sobre un artigo esquecido, *Verba*, 14, 489-496

Ramón LORENZO, 1988 Consideracións sobre as vocais nasais e o ditongo *-ão* en portugués, *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85º aniversário*, Tübingen, Niemeyer, 289-326.

Francisco FERNÁNDEZ REI, 1990 *Dialectoloxía da lingua galega*, Vigo

José Luís PENSADO, 1991 *Galicia en su lengua y sus gentes*, La Coruña